

4 JUL 1980

JORNAL DO BRASIL sexta-feira

Sarney confia que Governo reformará a Constituição

Brasília — O presidente do PDS, Senador José Sarney, esquिवou-se de comentar a proposta do Deputado Ulysses Guimarães de Constituinte com Figueiredo, ao mesmo tempo em que reafirmava a sua confiança em que o Governo tomará as providências para realizar uma reforma constitucional que reflita as realidades criadas pela abertura política.

O Senador maranhense reiterou a sua sugestão no sentido de nomear uma comissão com representantes de todos os Partidos e juristas de renome nacional para realizar um trabalho prévio, eliminando aquilo que for considerado conveniente eliminar e adaptando o texto da Constituição ao processo de redemocratização.

Poderes

Acha o Sr José Sarney que se deve aproveitar a experiência vivida com a comissão interpartidária, que teve o Sr Djalma Marinho como presidente, e o Sr Célio Borja como relator, acrescentando, apenas, os nomes de alguns juristas de nome. A essa comissão caberia formular o projeto que o Governo enviaria ao Congresso Nacional.

O parlamentar governista acha que a nova ordem constitucional poderia vir através de um Ato Adicional do Poder Legislativo, instrumento a que se recorreu um algumas oportunidades de nossa História, remontando o primeiro deles ao Primeiro Império, quando o Parlamento legitimou a Carta Constitucional outorgada por Dom Pedro I em 1824.

O Sr José Sarney acha que a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte somente se justifica quando o país está em caos institucional e o poder caiu nas ruas, o que não ocorreu entre nós. Nesse caso, o caminho é utilizar os poderes constituintes do Congresso

Nacional, realizando a reforma que os novos tempos impõem.

— Temos um Governo, temos ordem, temos instituições. O Congresso foi eleito pelo povo e está na plenitude de seus poderes constituintes. Podemos realizar uma obra de edificação constitucional histórica, dentro do programa de abertura que o Presidente João Figueiredo vem executando com habilidade e determinação — disse

Ele concorda em que a época oportuna para a realização dessa reforma constitucional seja meados de 1982, antes das eleições de novembro do próximo ano, quando o Governo terá tido a oportunidade de avaliar os resultados do projeto de abertura política.

Eleição

O presidente do PDS voltou a afirmar que o seu Partido assumirá a responsabilidade de garantir a aprovação da proposta de emenda constitucional que prorroga os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores até 1982, suprimindo, assim, o pleito municipal previsto para 15 de novembro deste ano.

Justificou a supressão dessa consulta popular como indispensável para que se ofereça tempo e condições para que os Partidos em organização possam se consolidar. O adiamento da eleição municipal faz-se, assim, para o Sr José Sarney, "em nome da consolidação do projeto de abertura democrática."

— Como eu já disse inúmeras vezes — afirmar — não pode se implantar estruturas democráticas sólidas sem Partidos políticos. E esses Partidos não poderão consolidar-se perturbados pelo calendário eleitoral deste ano. O nosso Partido vai arcar com a sua responsabilidade.